

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

**LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE NAS GEOGRAFIAS DE HORIZONTE
HUMANISTA: contribuições para a compreensão do imaterial na geografia**

Murilo de Godoi Caldeira da Silva

Prof(a). Dr(a). Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho

Rio Claro - SP

2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Câmpus de Rio Claro

MURILO DE GODOI CALDEIRA DA SILVA

LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE NAS GEOGRAFIAS DE
HORIZONTE HUMANISTA: contribuições para a
compreensão do imaterial na geografia

Trabalho de Graduação apresentado ao
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
- Câmpus de Rio Claro, da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,
para obtenção do grau de Licenciado em
Geografia.

Rio Claro - SP
2024

S586l

Silva, Murilo de Godoi Caldeira da

Linguagem e subjetividade nas geografias de horizonte humanista : contribuições para a compreensão do imaterial na geografia / Murilo de Godoi Caldeira da Silva. -- Rio Claro, 2024
46 f.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Geografia) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de
Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientadora: Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho

1. Geografia. 2. Comunicação e Arte. 3. Epistemologia da geografia. I. Título.

MURILO DE GODOI CALDEIRA DA SILVA

LINGUAGEM E SUBJETIVIDADE NAS GEOGRAFIAS DE
HORIZONTE HUMANISTA: contribuições para a compreensão
do imaterial na geografia

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto
de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de
Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau
de Licenciado em Geografia.

Comissão Examinadora

Maria Bernadete Sarti da Silva Carvalho (orientadora)

Débora Cristina Fonseca

Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Rio Claro, 13 de dezembro de 2024.

Assinatura do(a) aluno(a)

Assinatura do(a) orientador(a)

Dedico à Camila.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que me ensinaram com amor.

“Amar é ajudar alguém a existir” (Liana Ferraz, 2022).

RESUMO

Este estudo se constitui como um ensaio em epistemologia cujo objetivo principal foi o de explorar possibilidades de construção de uma ciência geográfica permeada pelos fenômenos imateriais, como proposto por Marandola Jr. e Gratão (2003). Para isso, optou-se por investigar as geografias de horizonte humanista através de uma perspectiva autobiográfica, considerando a história de vida do autor-pesquisador e seu percurso de análise e de subjetivação, amparando-se nas relações da subjetividade entre diferentes concepções de sujeito: a de *sujeito da experiência* (BONDÍA, 2002) e a de *sujeito da psicanálise* (TOREZAN; AGUIAR, 2011). O humanismo aparece neste trabalho, portanto, enquanto objeto de estudo e método, e é entendido como a expressão do *romantismo*, um dos dois polos epistemológicos em que se dividem, como aponta Gomes (1996), as ciências modernas – opondo-se ao polo racionalista. Os autores e obras referenciadas, acadêmicas e literárias, foram aqueles que se mostraram mais importantes na construção da prática e da identidade docente do autor-pesquisador, juntamente com seu próprio percurso de análise, de aprendizagem e de pesquisa, e articularam-se entre as áreas da geografia, da linguística, da literatura, da filosofia, da sociologia, da educação e da psicanálise. Considerando que as abordagens deste polo não visam limitar-se a um programa pré-estabelecido, este ensaio produziu interpretações e reflexões que foram desenvolvidas durante todo o processo formativo do aluno-pesquisador, resultando na elaboração de uma retomada histórica da corrente humanista na Ciência Geográfica, de seu surgimento nos Estados Unidos da América à sua chegada ao Brasil - com ênfase às contribuições de sua precursora no país, a geógrafa Livia de Oliveira, e da instituição em que esta atuou como professora e pesquisadora, a UNESP de Rio Claro (SP). Dessa forma, estabeleceram-se interlocuções entre processos subjetivos do autor-pesquisador e do desenvolvimento da história das geografias de horizonte humanista, bem como apontaram-se possíveis conexões entre a Geografia e alguns fenômenos imateriais, como a linguagem.

Palavras-chave: Geografia; Comunicação e arte; Epistemologia da geografia.

ABSTRACT

This study is an essay in epistemology whose main objective was to explore the possibilities of constructing a geographical science by immaterial phenomena, as proposed by Marandola Jr. and Grato (2003). To this end, we chose to investigate the geographies of a humanist horizon through an autobiographical perspective, considering the life story of the author-researcher and his path of analysis and subjectivation, based on the relations of subjectivity between different conceptions of subject: the subject of experience (BONDÍA, 2002) and the subject of psychoanalysis (TOREZAN; AGUIAR, 2011). Humanism appears in this work, therefore, as an object of study and method, and is understood as the expression of romanticism, one of the two epistemological poles into which, as Gomes (1996) points out, modern sciences are divided – opposing the rationalist pole. The authors and works referenced, both academic and literary, were those that was most important in the construction of the author-researcher's teaching practice and identity, together with his own path of analysis, learning and research, and were articulated between the areas of geography, linguistics, literature, philosophy, sociology, education and psychoanalysis. Considering that the approaches of this pole do not aim to be limited to a pre-established program, this essay produced interpretations and reflections that were developed throughout the student-researcher's formative process, resulting in the elaboration of a historical resumption of the humanism in Geographic Science, from its emergence in the United States of America to its arrival in Brazil - with emphasis on the contributions of its precursor in the country, the geographer Livia de Oliveira, and on the institution where she worked as a professor and researcher, UNESP - Rio Claro (SP). In this way, interlocutions were established between the subjective processes of the author-researcher and the development of the history of geographies with a humanist horizon, as well as possible connections between Geography and some immaterial phenomena, such as language, were pointed out.

Keywords: Geography; Arts and communication; Epistemology of geography.

Title in English: Language and subjectivity in humanist horizon geographies: contributions to the understanding of the immaterial in geography.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAG	Association of American Geographers
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
GHUM	Grupo de Pesquisas Geografia Humanista Cultural
NEPEC	Núcleo de Estudos sobre Espaço e Cultura
NEPO	Núcleo de Estudos da População
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	AS GEOGRAFIAS DE HORIZONTE HUMANISTA	15
3	RIO CLARO, EXÍLIO E ASILO DA GEOGRAFIA HUMANISTA NO BRASIL	29
4	EXPRESSÕES DO ROMANTISMO NA GEOGRAFIA HUMANISTA...	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS.....	42

1 INTRODUÇÃO

Durante o século XX, a Geografia foi marcada pelo surgimento de uma série de correntes com diferentes propostas teóricas, epistemológicas e metodológicas, resultado do movimento de renovação que trouxe novas disputas ao debate científico e acadêmico desta ciência. Dentre elas, a Geografia Cultural e a Geografia Humanista se inserem como aquelas que mais se aproximaram de abordagens que passavam a considerar a subjetividade como central para a compreensão do espaço geográfico, distanciando-se do positivismo que imperou durante grande parte da história da Geografia e que, atualmente, continua tendo grande influência nas produções teóricas e acadêmicas.

Sobre as relações entre a Geografia Cultural e a Geografia Humanista, Holzer (1993) aponta para o surgimento desta última como produto de um movimento que se inicia com a renovação das bases da Geografia Cultural Tradicional. Este período inicia-se a partir dos anos 1970, nos Estados Unidos, momento em que se forma um grupo substancial de geógrafos empenhados na renovação da Geografia Cultural e da Geografia Histórica produzidas até então, que passa a basear-se através da perspectiva fenomenológico-existencialista, permitindo dar centralidade à subjetividade humana em seus estudos. Além disso, o conceito espacial de lugar também foi base dos estudos compreendidos no novo campo da Geografia Humanista que surgia. Vê-se ainda recentes esforços para delimitar quais seriam as diferenças entre tais correntes, como observa-se em Holzer (1993), Marandola Jr. (2005) e Suess (2017).

As aproximações e diferenças entre as correntes, embora ainda sustentem debates entre geógrafos, ainda são pouco exploradas nos cursos de Geografia, processo que pode ser atribuído ao reinado dos Horizontes Epistemológicos Neopositivista e Marxista sobre o que tem se chamado de Horizonte Humanista. Dessa forma, este trabalho partiu de uma perspectiva *latu sensu* de Geografia Humanista, entendendo-a não como um campo disciplinar isolado, mas como a busca de uma Geografia permeada pelo Humanismo (SUESS, 2017). Tal perspectiva foi escolhida, também, pelas possibilidades de interlocução com diferentes áreas do conhecimento - os diálogos com outras disciplinas estão presentes desde Yi-Fu Tuan, mas foram também sintetizados por autores como Bailly e Scariati (2001).

A compreensão da Cartografia enquanto linguagem permitiu que se desenvolvessem estudos, a partir dos anos 1980, que se utilizaram de bases da Linguística (ARCHELA; ARCHELA, 2002). Estes estudos amparavam-se no estruturalismo linguístico de Saussure, que cunhou o estudo da Semiologia a partir da Teoria Geral dos Signos (NÖTH, 2006). A partir disso, Bertin (1967) cria a Semiologia Gráfica, que será utilizada na cartografia como forma de sistematização da Comunicação Cartográfica, estabelecida através de uma “linguagem cartográfica” que teria sistema monossêmico de signos (ARCHELA, 1999; OLIVEIRA, 2019).

Já a compreensão acerca da linguagem e de como ela se estrutura, embora ganhe destaque com as contribuições da Linguística, tem como pano de fundo da Comunicação Cartográfica a teoria matemática da comunicação. Assim, o positivismo presente na constituição da Cartografia Tradicional, que buscava formas de representação exatas e matemáticas da realidade, permanece através da Semiologia Gráfica em sua proposta universalizante para a Cartografia. Segundo Orlandi (2017), contudo, a polissemia constitui a fonte da linguagem, fazendo com que, mesmo caso a linguagem do mapa seja vista como monossêmica, a informação ou a interpretação que ela possui teria diferentes graus de polissemia (FRANCISCHETT, 2014, p. 844). Assim,

“na polissemia do mapa, o pesquisador propõe-se a compreender como o político e o linguístico se interrelacionam na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos, ideologicamente assinalados; como o sujeito e os sentidos, pela repetição, estão sempre tangenciando o novo, o possível, o diferente e para a atribuição de múltiplos sentidos a um mapa”. (FRANCISCHETT, 2014, p. 852).

A discussão em torno da Cartografia e da Arte esteve presente inclusive no período em que se formavam associações cartográficas, influenciadas pelos avanços tecnológicos difundidos após a Segunda Guerra (ARCHELA; ARCHELA, 2002). Após a formação da Associação Cartográfica Internacional em 1959, é feita a primeira definição de Cartografia, em 1966, que já permitia aproximações da área com a Arte e a Comunicação. Com os novos paradigmas trazidos pelo movimento de renovação, a Cartografia é, mais tarde, também influenciada por um método preocupado em considerar a experiência vivida daquele que cartografa: o método fenomenológico, que teve como precursora Livia de Oliveira, responsável por trazer a corrente Humanista ao Brasil (OLIVEIRA, 2019; MARANDOLA JR., GRATÃO, 2003).

Dessa forma, a busca por novos métodos levou o autor-pesquisador a realização de pesquisas qualitativas que apresentassem possíveis relações entre

Geografia, Psicanálise e Romantismo, dentre outras áreas particulares de interesse que, a partir de leituras anteriores, pareciam revelar Horizontes Humanistas. Esse processo iniciou-se a partir do conhecimento da tese de Juliana Maddalena Trifilio Dias, “Lugar geopsíquico: contribuições da psicanálise para uma epistemologia da geografia” (2019), uma das mais recentes pesquisas no Brasil na área de Geografia Psicanalítica, orientada por Eduardo Marandola Junior e defendida no Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A autora utiliza como metodologia as conversas biográficas com os sujeitos de sua pesquisa, como propõe Marandola Jr., e seu texto se destaca pela utilização da psicanálise para um fazer geográfico que considere o inconsciente não apenas na teoria, mas também em sua prática – o que não ocorre na maior parte dos trabalhos de Geografia Psicanalítica, inclusive nos poucos brasileiros (DIAS, 2019; JELLIS, 2015).

A partir de uma outra proposta, inserida no rol daquelas vinculadas a Geografia Cultural e Humanista, também foi considerada como ponto de partida aquela de Nunes (2016), em que o autor defende a possibilidade de realização de uma Cartografia Fantástica, tomando como estudo de caso a cidade de Gotham, do universo da DC Comics. Júnior (2001), uma das referências de Nunes, apresenta a sua proposta de uma Geografia do Imaginário, partindo de perspectivas muito comuns às demais vinculadas as duas correntes citadas, como a importância dada à linguagem na mediação da relação entre a experiência subjetiva e o “mundo real”:

“trazemos em nossas mentes tanto experiências do real quanto do imaginário que se incorporam em nossas estruturas cerebrais alocando essa fonte energética que é o imaginário, o qual se formaliza individual e coletivamente, materializando-se em ações mediadas por imagens e símbolos. Como fonte vital para existência de uma sociedade o imaginário se alimenta de um espaço, que obviamente contém símbolos, signos e imagens, quando não muito é ele a própria representação” (JÚNIOR, 2001, [s. n]).

Neste mesmo sentido, Nunes apresenta a Cartografia Fantástica como uma ferramenta de análise da realidade pois ela estaria intrinsecamente incorporada à ficção através do discurso e da narrativa ficcional. Isso se apresentou, também, como característica dos mapas em si, pois seriam sempre representações, abstrações da realidade, e não a realidade em si, pois se estruturam como *linguagem*. A impossibilidade de se representar perfeitamente algo obriga o autor do mapa a escolhas e decisões sobre a representação que são atravessadas por questões sociais e subjetivas (CARVALHO; ARAÚJO, 2009). Em seu trabalho, Nunes retoma a

obra de Calvino, “Cidades Invisíveis” (2003), em que cidades “irreais” são descritas, que se “estabelecem fora do plano mundano” (NUNES, 2016).

Foram destacados alguns dos conceitos utilizados para analisar a relação entre fenômenos imateriais e a Geografia, desde as primeiras elaborações da geografia humanista até aquelas mais recentemente atribuídas a esta corrente. Estes conceitos aparecem em itálico, com o intuito de facilitar possíveis e futuras investigações acerca de seu desenvolvimento na Geografia, particularmente no campo humanista.

Entendeu-se que o objetivo final que se estabeleceu foi, portanto, o de *explorar possibilidades de construção de uma ciência geográfica permeada pelos fenômenos imateriais* (MARANDOLA JR., GRATÃO, 2003, p. 6). A pesquisa se apresenta também como parte de uma história de vida e de um percurso acadêmico e, portanto, se desenvolveu trilhando caminhos também por *terrae incognitae*. A escolha de análise de correntes que dão centralidade à subjetividade se expressou, assim, no próprio desenvolvimento deste estudo, pela consideração das vivências e experiências do próprio autor. Neste sentido, os fenômenos analisados foram

“[...] interpretados a partir de suas expressões, isto é, através da totalidade de suas mensagens. Esta expressão não é sempre imediatamente compreendida e devemos desenvolver meios para a interpretação, fazendo uso de todos os elementos possíveis para desvendar o sentido profundo de um fato. Desta maneira, nesta concepção, a ênfase fundamental se situa no conteúdo do fenômeno. O saber é uma função da sensibilidade da interpretação, e não propriamente da forma para se conseguir isso” (GOMES, 1996, p. 33).

Enquanto empenho autobiográfico, as condições de vida e de estudo se refletiram neste trabalho, imprimindo uma relação dialética com as reflexões apresentadas. Assim, os contornos da escrita foram fortemente marcados, concomitantemente, pelo trabalho em diferentes escolas, pela relação com as cidades de Rio Claro (SP), Pelotas (RS) e São Paulo (SP), bem como com o campus da UNESP, e à condição de analisando, além da minha própria infância e de minhas relações de afeto. Nesse sentido, alguns dos aspectos que constituem a identidade do autor-pesquisador também foram relacionados àqueles que constituíram, por sua vez, aqueles objetos de interpretação deste trabalho, considerando, por exemplo, aspectos em comum com a maior parte da trajetória dos geógrafos humanistas (vindos de áreas de estudo em meio ambiente), ou a partir da própria experiência enquanto aluno da UNESP. O esforço em apresentar tais correlações ao presente

estudo também estão presentes em produções pretéritas, mas, através deste, novas confluências foram descobertas (SILVA E PANCHER, 2022; SILVA, 2023).

2 AS GEOGRAFIAS DE HORIZONTE HUMANISTA

Em 1993 é publicado o artigo “A Geografia Humanista Anglo-Saxônica – de suas origens aos anos 90”, pelo professor de Projeto Urbano da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, Werther Holzer, que procurava delimitar o campo de estudos da geografia humanista e sua relação com correntes próximas, partindo do que considerou serem os movimentos precedentes da formação da corrente na década de 1950. Neste trabalho, o autor considera que os conteúdos das disciplinas seriam reflexo das demandas da sociedade, baseando-se na perspectiva epistemológica anarquista de Feyerabend (1977).

A origem da corrente humanista na geografia seria atribuída ao período pós-Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos, época em que ocorreu uma estruturação da geografia associada ao aumento no número de alunos nas universidades. Ainda assim, o perfil destes geógrafos pós-guerra permaneceria por mais algum tempo associado aos padrões clássicos da disciplina, que só passariam a ser questionados com o desenvolvimento de um novo paradigma, o da geografia analítica. Este paradigma teria sido responsável por acabar com o “projeto hartshorniano de uma geografia regional autóctone”, mas não fora capaz de ocupar os campos já existentes da Geografia Histórica e Cultural, berço da Geografia Humanista (HOLZER, 1993, p. 110).

Holzer identifica uma escassez de trabalhos que retomam a história da geografia humanista na História do Pensamento Geográfico e atribui a isto a frequente confusão feita entre o campo humanista e correntes próximas, como a Geografia da Percepção e do Comportamento ou os estudos de Percepção Ambiental. Por outro lado, assume a Geografia Cultural como campo que compartilha interesses em comum com aqueles da Geografia Humanista, admitindo que as correntes estariam “entrelaçadas” e que teriam sido geradas com o movimento resultante da renovação das bases da Geografia Cultural e Histórica Tradicionais:

“Apesar disso, como já observaram autores como Mikesell (1978), Lévy (1981) e Ley (1981) a geografia humanista é herdeira direta da geografia cultural, e particularmente das ideias de Sauer. Alguns de seus principais expoentes tiveram formação culturalista, como Relph e Tuan. Além disso, a geografia cultural manteve vivos, durante a maré analítica na geografia, o culturalismo, o antropocentrismo e, principalmente, o respeito pela diversidade de temas, o que permitiu aos geógrafos incursões por campos mais amplos que os oferecidos tanto pela geografia tradicional quanto pela geografia analítica” (HOLZER, 1993, p. 111).

Como Holzer, Suess (2017), através de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, procura estabelecer a fenomenologia como elo entre a Geografia Humanista e a Geografia Cultural, que seriam pertencentes a uma mesma abordagem - a Cultural -, ou a um mesmo horizonte – o Humanista. As principais contribuições teóricas desta corrente teriam sido, portanto, elaborações acerca dos conceitos de espaço, lugar e paisagem. Suess também reconhece uma dificuldade na compreensão das relações entre a corrente humanista e outras correntes da geografia nas universidades, especialmente nas brasileiras, em face ao que chama de “reinados” dos Horizontes Quantitativo e Marxista sobre o Horizonte Humanista – para o autor, o segundo horizonte recentemente tomava grande parte das discussões geográficas do país, mas apresentava pouca abertura ao diálogo com outras correntes, freando, assim, o avance cultural na Geografia brasileira, e produzindo uma carência “de textos que discutam as contribuições teórica-metodológicas dessa perspectiva para a ciência geográfica” (SUESS, 2017, p. 95). Esta avaliação também está presente em Marandola Jr. e Gratão, que afirmam que

“das três grandes orientações teórico-metodológicas da Geografia no início deste século, a que teve menor atenção dos geógrafos brasileiros, até agora, é a que se vincula à Geografia Humanista” (MARANDOLA JR. E GRATÃO, 2003, p. 5).

Apesar de tal cenário, Holzer procura delimitar as origens da geografia humanista a partir de Carl Sauer - expoente também da geografia cultural e da geografia histórica (MARANDOLA JR.; GRATÃO, 2003) - e seu trabalho “A Morfologia da Paisagem”, de 1925, em que apresenta sua perspectiva de que toda ciência poderia ser considerada como fenomenologia. Isto permitiria elaborar uma concepção não-positivista de geografia que se apoiava na compreensão da paisagem como unidade dialética da expressão cultural, considerando as inter-relações entre seus elementos através de uma visão integral, e na “valorização da relação do homem com esta paisagem, que é por ele formatada e transformada em habitat” (HOLZER, 1993, pp. 109-111). A geografia humanista também compartilharia desta concepção não-positivista, sendo este o elemento que mais aproximaria as duas correntes, ou seja, a consideração de que haveria uma “arte da geografia”, uma dimensão da disciplina que permitiria contemplar as qualidades estéticas da paisagem e que, portanto, utilizaria um método subjetivo para esta finalidade. Esta corrente teria como diferenciais a ênfase dada ao “mundo vivido” e a intencionalidade humana como fator de transformação e interação com o habitat, enquanto a cultural enfatizaria

especialmente a dimensão coletiva da cultura, das vivências e das percepções. Além disso, Sauer teria sido grande crítico da geografia quantitativa, posicionando-se publicamente acerca de seus ditames desde a publicação de “The Education of a Geographer”, artigo publicado em 1956 pela revista americana “Annals of the Association of American Geographers” (AAG) (HOLZER, 1993, p. 111).

Holzer continua sua exposição de maneira cronológica, retomando diferentes autores a partir de diferentes conceitos que tiveram relevância na constituição teórica, metodológica e epistemológica da geografia humanista. Assim, o segundo nome trazido é o de John Wright, que teria influenciado de forma mais direta a corrente, especialmente a partir do discurso pronunciado na 43ª Reunião Anual da AAG em Columbus, Ohio, no ano de 1946, enquanto presidente da associação. Em seu pronunciamento, intitulado “Terra Incognitae: the place of the imagination in Geography”, Wright teria feito um chamado a exploração de regiões desconhecidas, terras incógnitas. Essas terras totalmente inexploradas, contudo, já se apresentavam cada vez mais raras frente ao desenvolvimento das tecnologias cartográficas e de mapeamento resultantes da Segunda Guerra Mundial. Wright entende, no entanto, que mesmo frente a estas regiões conhecidas pelos órgãos institucionais de mapeamento, estariam outras variedades de terras incógnitas, de dimensões pessoais, podendo ser compartilhadas entre comunidades, tradições, culturas, nacionalidades, etc. Estas variedades estariam relacionadas a um grau específico de conhecimento geográfico, derivado de inferências realizadas sobre fatos observados e que constituiria, juntamente com o conhecimento em si dos fatos, o que considera como os dois graus de conhecimento geográfico (WRIGHT, 2014).

Em tom crítico ao que chama de “geógrafos de imaginação fraca”, “menos imaginativos”, Wright aponta a imaginação geográfica como essencial à geografia, na medida em que esta seria responsável por produzir a curiosidade – ou, como prefere, a “admiração” -, resultando em um processo de contemplação das coisas e, assim, produzindo o interesse em entendê-las. Estes geógrafos, por outro lado, seguiriam padrões estereotipados, de maneira acrítica e conservadora. Entendendo que haveria um desmerecido “descrédito” dado à subjetividade nos círculos científicos em virtude

da produção de uma imaginação geográfica dada como irreal, Wright defende que a subjetividade, contudo, não se oporia à objetividade¹ e seria caracterizada por

“uma disposição mental para conceber as coisas com referência a si mesmo, ou seja, como elas aparecem para uma pessoa, ou como elas afetam e podem ser afetadas pelos desejos e interesses de uma pessoa. Enquanto tal disposição frequentemente, de fato, leva ao erro, ilusão, ou decepção deliberada, é inteiramente possível conceber as coisas não apenas com referência a si mesmo, mas também realisticamente” (WRIGHT, 2014, p. 8).

Wright estabelece três diferentes processos imaginativos relacionados a geografia que considerariam a subjetividade: a imaginação promocional, a imaginação intuitiva e a imaginação estética. A primeira seria marcada pelo domínio dos impulsos relacionados as emoções, aos desejos, interesses e causas pessoais, podendo produzir concepções ilusórias, sem estar comprometida necessariamente a alguma noção de verdade, assim como podendo engendrar a busca por concepções realistas e objetivas, verdades científicas. Ela também daria origem à imaginação em si, que incitaria ao

“[...] desejo de desfrutar o próprio processo de imaginação, e de dar satisfação aos outros através da comunicação dos resultados em forma escrita ou gráfica. O objetivo final, portanto, é tanto a criação de um trabalho de arte independente como a introdução da arte em um trabalho de utilidade ou de ciência” (WRIGHT, 2014, p. 9).

A imaginação intuitiva, por sua vez, asseguraria a elaboração de concepções realistas e objetivas a partir de um processo subjetivo, ou seja, a partir de impressões pessoais, processo responsável pela produção da maior parte da sabedoria pelo humano. O último processo, da imaginação estética, especialmente comentada pelo autor, assumiria importância na relação estabelecida com uma subjetividade ilusória - portanto fictícia e irreal -, e uma subjetividade realista, que se baseia numa forma específica de expressão do real. Esse trabalho poderia ser feito com ou sem o uso da imaginação estética - que permitiria, por exemplo, selecionar e dar ênfase a aspectos de uma região analisada a partir de critérios pessoais. Haveria, contudo, grande resistência a adoção destes dois últimos tipos de imaginação pelos geógrafos, especialmente do último (WRIGHT, 2014).

Wright alega que prevaleceria sobre os geógrafos, então, uma relação de medo e desconfiança frente aos domínios da geografia que envolvessem o estético e o artístico. Para o autor, esta relação se baseava sobretudo na compreensão dos

¹ Wright define o oposto à objetividade como uma “disposição mental de conceber as coisas irrealisticamente” (WRIGHT, 2014, p. 8).

geógrafos de que a imaginação e a subjetividade estética não seriam científicas, que não teriam funcionalidade ou propósito na geografia e que os geógrafos não teriam habilidade em lidar com este tipo de sensibilidade. Embora admita que a subjetividade estética poderia, de fato, levar à ilusão ou erro e à fantasia, Wright diferencia tais conceitos ao defender que, por outro lado, também existiriam maneiras de expressá-la que deveriam ser consideradas legítimas e desejáveis em uma exposição geográfica: as fantasias ilusórias, ou imaginativas, seriam responsáveis, desse modo, por melhorar a eficiência dessas exposições, trazendo elementos que, embora subjetivos, fossem comuns às pessoas que compartilhassem de uma herança cultural mais ou menos similar; a fantasia só levaria à ilusão, então, quando baseada em elementos excêntricos ou peculiares, criando distorções e falsas impressões sobre os fenômenos.

Isso também basearia a sua posição contrária aquela noção de que a subjetividade estética seria inútil ou inoperante na geografia, pois seu propósito seria, na verdade, “potencializar o efeito, aumentando a clareza e vivacidade das concepções que estamos tentando transmitir aos leitores ou ouvintes” estando consequentemente ligado a ideia de que “em geografia o subjetivo deve ser usado apenas para ressaltar o objetivo; nunca para enevoá-lo”. Por fim, Wright define como falaciosa a ideia de que os geógrafos não teriam habilidade em expressar a sensibilidade estética – o autor defende que a própria admiração dos geógrafos pelas coisas seria resultado do que chama de *libido geográfica*, gerada através de tal sensibilidade. Dessa forma, quando sua necessidade fosse entendida, seria possível passar a desenvolvê-la com o uso de artifícios estéticos e recursos linguísticos que aperfeiçoariam a comunicação “sem violar tanto a integridade científica quanto o bom gosto”, mesmo este último sendo “altamente subjetivo” (WRIGHT, 2014, p. 12).

A imaginação seria útil não somente para a comunicação dos geógrafos, mas permitiria também que estes emprestassem a imaginação dos outros para explorar os sentidos de lugar presentes em suas concepções de mundo² – um tipo de pesquisa

² Aqui, já nos parece haver uma elaboração incipiente do que representaria, mais tarde, a noção de *geograficidade* – normalmente não atribuída à Wright -, sobretudo a partir de Derwent Whittlesey. Acerca deste conceito, Pires (2020) faz uma importante investigação teórica das teses encontradas em obras de Paul Michotte, Eric Dardel, Yves Lacoste, Werther Holzer, Ruy Moreira, Elvio Martins e Mariane Biteti.

geográfica que teria como finalidade “estudar o conhecimento geográfico de quaisquer pontos de vista” denominado *geosofia*, propondo considerar

“all geographical thought, scientific and other: how it is acquired, transmitted, altered, and integrated into conceptual systems; and how the horizon of geography varies among individuals and groups. (LOWENTHAL, 1961, p. 241, grifo do autor).

Para Holzer (1993), este conceito se vincula à perspectiva de Wright de que o domínio da geografia seria composto por um pequeno núcleo, relativo aos estudos formais e científicos, e uma zona periférica na qual estariam os trabalhos não científicos e informais com maior influência de concepções subjetivas, ocupando-se acerca da natureza e da expressão do conhecimento geográfico³. Nesta última, estaria implícita a ideia de Wright de que “todas as pessoas conhecem alguma geografia, e me aventuro a pensar que muitos animais também”, considerando que o conhecimento geográfico seria adquirido

“em primeira instancia através de observações de vários tipos – a partir da visão do homem da idade da pedra às medidas geodésicas precisas de hoje auxiliadas pelo uso de aparelhos eletrônicos. Sua aquisição, em contrapartida, é condicionada pela complexa ação recíproca de fatores culturais e psicológicos. Os dados com os quais ele lida caem no âmbito de cada uma das ciências naturais, os estudos sociais e as humanidades. Sua gama de concepções parte do puramente pessoal, impressões subjetivas de um fazendeiro ou um caçador, àquelas ganhas a partir de cálculos matemáticos rigorosos e correlações estatísticas altamente refinadas, e encontram expressão não apenas na forma científica, mas através da literatura e da arte. De fato, quase todas as atividades importantes nas quais o homem se engaja como capinar um campo, escrever um livro, conduzir um negócio, pregar o evangelho ou travar uma guerra é, em alguma medida, afetada pelo conhecimento geográfico à disposição” (WRIGHT, 2014, p. 16).

Isso daria base às possíveis abordagens no estudo da *geosofia*, como a abordagem cartográfica, que envolveria tanto a elaboração de mapas *geosóficos* para análise da distribuição do conhecimento geográfico e cartográfico através diferentes formas de mapeamento, resultantes de diferentes propósitos e diferentes meios técnicos em sua elaboração (seriam mapas *cartosóficos*, portanto), quanto mapas que trariam informações relacionadas a fatores ligados a distribuição do conhecimento geográfico em si; e a abordagem histórica, que permitiria estudar a história do conhecimento geográfico não apenas a partir de seu núcleo, ou seja, não apenas a

³ Holzer (1993) afirma que o núcleo da geografia corresponderia à *sofogeografia* e sua periferia à *geosofia*. Embora estes termos estejam presentes no discurso de Wright de 1946, não se encontrou associação direta destes com sua ideia acerca dos domínios. Wright propõe o termo *sofogeografia* para nomear a geografia do conhecimento, que define como um segundo tipo de pesquisa geográfica, em que as diferentes formas e manifestações do conhecimento seriam investigadas pelo ponto de vista geográfico.

partir da geografia sistematizada e institucionalizada, mas também por sua periferia, que compreenderia também as ideias geográficas, tanto verdadeiras quanto falsas, de todo tipo de pessoa, presente mesmo naqueles trabalhos pretensamente objetivos, em que os elementos subjetivos escorregam “na forma de palavras ou frases que carregam conotação emocional”, trazendo também seu conteúdo material, histórico e cultural num fio unificador que enlaça pensamento, emoção e técnica (WRIGHT, 2014, p. 11).

Wright declara sua aspiração de que houvesse a criação de cadeiras de *geosofia* e de geografia do conhecimento nos cursos universitários, buscando aumentar o escopo da disciplina e, assim, a eficiência das pesquisas em geografia e em educação. Entendendo haver uma tendência em considerar que a geografia deveria voltar-se às disciplinas das ciências naturalistas e positivistas como a ecologia, a economia agrícola e industrial e a antropologia cultural, sugere, em contrapartida, que também fossem recuperadas conexões mais próximas com as humanidades, como as artes, letras e a história, que, inseridas também na zona periférica da geografia, dariam aqueles geógrafos que “*cortam para outra rota*” um “campo fértil esperando cultivo com as ferramentas e com o espírito das humanidades”, permitindo investigar não apenas a realidade externa, mas também suas relações com a experiência subjetiva e a expressão imaginativa. Nesta zona prevaleceria, portanto, a noção de sabedoria sobre a de ciência pura, no sentido de que “todas as ciências devem ser sábias, mas nem toda sabedoria pode ser rigorosamente científica” (WRIGHT, 2014, p. 17).

Nestas cadeiras, poderiam ser desenvolvidos estudos de acordo com os interesses e gostos de cada um, mas Wright aponta caminhos em estudos *geosóficos* de história da geografia, de seus métodos e de estudos *biográficos* de geógrafos cuja carreira possa ter marcado progressos na geografia. Também apresenta possibilidades de investigação acerca das concepções geográficas, “tanto científicas quanto as outras”, em que seriam explorados os contextos em que foram cunhadas, bem como o de suas transformações e diferenciações. Haveria também os estudos de *geosofia estética*, ou seja, “da expressão de concepções geográficas em literatura e na arte”, campo em que, em suas respectivas áreas, os historiadores e os estudiosos da literatura já se aventuravam com maior afinco. Estes poderiam ajudar uma próxima geração de geógrafos a superar o que até então era costumeiramente objeto da geografia tradicional, a partir de suas imaginações poéticas e artísticas, bem como as

de seu público. Wright pontua que este geógrafo deva ser um estudioso “no sentido humanista”, instruído pelos clássicos da literatura geográfica e geral, na crítica literária e na história, sendo, portanto,

“Mestre de um estilo não apenas claro, mas irreprimidamente artístico, seus textos devem ajudar a elevar os padrões dos textos geográficos como um todo. Suas pesquisas e aulas seriam direcionadas para o descobrimento e a interpretação das verdades geográficas, as crenças e erros que eles encontram e encontraram na expressão literária e artística. Desde que não venham a se considerar como os únicos e verdadeiros expoentes do que a geografia deveria ser, seria pequeno o perigo de eles exercerem um efeito adverso sobre o avanço e o prestígio da ciência geográfica” (WRIGHT, 2014, pp. 17-18).

De mesmo modo, Gomes entende que o professor de geografia

“se aproxima da imagem do aedo grego que, através de seus cantos, reatualiza a ordem do mundo através das aventuras dos deuses e heróis no interior de longas cosmogonias. Assim como o geógrafo atual, estes poetas descreviam a imagem do mundo e forneciam, ao fazê-lo, uma explicação da multiplicidade, uma cosmovisão. Trata-se de uma dimensão frequentemente negligenciada do saber geográfico como produtor e difusor de uma cosmovisão moderna” (GOMES, 1996, p. 10).

Holzer continua sua exposição com Lowenthal, pertencente a geração subsequente à Sauer e Wright que iniciou seus trabalhos em meados dos anos 1950 com a publicação de sua tese de doutorado, orientada por Sauer. Para Holzer, contudo, sua maior contribuição é “Geography, Experience and Imagination: towards a geographical epistemology”, baseada em um trabalho apresentado treze anos depois da fala de Wright na AAG - portanto, em 1961 -, durante o XIX Congresso de Geografia em Estocolmo, na Suécia, onde o autor resgata grande parte do conteúdo apresentado por Wright ao defender que o objeto da geografia humanista enquanto campo da geografia seria “a natureza dessas *terrae incognitae* e a relação entre o mundo exterior e as imagens em nossas cabeças” (LOWENTHAL, 1961, p. 241, tradução de HOLZER, 1993, p. 112), entendendo que seu estudo não tratava sobre os “significados e métodos da geografia”, mas que seria “um ensaio em teoria do conhecimento geográfico” (LOWENTHAL, 1961, p. 241, tradução nossa), o que é interpretado por Holzer como um estudo de *geosofia*, como proposto por Wright.

Lowenthal apresenta o *discurso* como portador de um universo criado pelas relações entre o mundo exterior e as visões pessoais, que produziriam um mundo pessoal único de experiência, aprendizagem e imaginação, imprimindo um “*ajuste pessoal*” próprio sobre o real. A centralidade dada a subjetividade em Lowenthal aparece, portanto, ao autor afirmar que “toda informação é inspirada, editada e distorcida pelo sentimento” (LOWENTHAL, 1961, p. 257, tradução de HOLZER, 1993,

p. 113). Holzer considera Lowenthal, por isso, com um dos genitores da geografia humanista, ao estabelecer uma nova epistemologia para a geografia e orientar os caminhos da geografia humanista, ao lado de Yi-Fu-Tuan - um protagonista no campo, dando atenção às consideráveis obras traduzidas para o português, sobretudo pela professora Lívia de Oliveira, do campus de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, precursora da geografia humanista no Brasil (MARANDOLA JR.; GRATÃO, 2003).

A maior contribuição de Tuan seria sua concepção de *topofilia*, que procurava

mostrar como experiências banais, vividas por pessoas sensíveis (poetas, no caso), podem transcender o domínio do racional. Para Tuan essas experiências ocorrem principalmente com pessoas relacionadas com a Terra, como geógrafos, geólogos, naturalistas e fazendeiro. No entanto, as evidências dessas experiências são incrivelmente escassas quando se trata de registros escritos” (HOLZER, 1993, p. 113).

Assim, parte do trabalho dos geógrafos envolveria retratar o *temperamento* dos lugares através de sua afeição especial por certos aspectos da paisagem, produzindo uma descrição vívida, verificada nos textos dos naturalistas do século XIX, chamada *topofilia* – o amor pela natureza. Este conceito se concretiza nos exemplos das obras poéticas de Bachelard. Tuan também seria responsável por propor o existencialismo como diretriz que poderia aproximar a geografia das experiências vividas e de sua valorização frente as outras duas concepções de natureza humana: a cristã e a humanista. Dessa forma, o autor torna-se central ao apontar “os vários caminhos que seriam seguidos mais tarde pela geografia humanista: a procura da interface com as artes, da base fenomenológico-existencialista, e da valorização da experiência vivida” (HOLZER, 1993, p. 114).

Por fim, Holzer “resgata do esquecimento” Eric Dardel e sua publicação de “L'Homme et la Terre: nature de la réalité géographique”, feita em 1952, mas que foi só revisitada por Relph em “Place and Placelessness”, de 1976, e depois em 1987, quando Raffesttin publica “Pourquoi n'avons-nous pas lu Eric Dardel?”. Relegada, em parte, pela atuação de Dardel como professor em liceus franceses e, também, como reflexo de que o autor teria estado à frente do paradigma de seus contemporâneos – o da geografia ativa (PIRES, 2020) -, antecipou, através da associação entre filosofia e geografia presente em sua obra, as questões epistemológicas mais tarde tratadas pela geografia humanista, se tornando “agora leitura obrigatória para quem desejar trilhar os caminhos da teoria da geografia, principalmente sobre uma ótica fenomenológica ou humanista”. Suas maiores contribuições estão ligadas, assim, ao

seu “profundo interesse pela filosofia, principalmente nas obras de Kierkegaard, Jaspers e Heidegger” (HOLZER, 1993, p. 114).

A partir dessas referências, Dardel teria definido os conceitos de espaço geográfico e de extensão, associados a um arcabouço que envolveria também as direções, distâncias, o espaço, o movimento, as relações e as trocas que configurariam a situação que, por sua vez, extravasaria aos variados domínios da experiência do mundo pelo homem, que também permitiriam fixar-se ao lugar de sua existência. Este arcabouço seria aquele produzido por uma geografia anterior, “vívda em ato existente a partir da vivência cotidiana, que trata da *geograficidade* (*geographicité*) do homem como modo de existência e de destino”, quando comparado a um tipo de geografia moderna, produto do renascentismo, com pretensões universalistas e que carregaria uma noção de espaço geométrico, “homogêneo, uniforme e neutro”, ou cartesiano e racionalista, e que, contudo, também apresentariam contradições quando colocado a frente dos espaços telúricos, aquáticos e aéreos, nos quais a noção de superfície seria, no mínimo, complexificada, bem como frente aos conceito de paisagem e de espaço construído. O autor defenderia, assim, uma história da geografia que retratasse as diferentes concepções da realidade geográfica, considerando como função da geografia, científica ou não, estabelecer a instância entre o conhecimento e a existência (HOLZER, 1993, pp. 114-115), ou entre a natureza e a cultura (GOMES, 1996).

Segundo Gomes (1996), a Nova Geografia – “New Geography” -, teria inaugurado, a partir da grande influência do positivismo lógico e dos avanços em disciplinas como Matemática, Física, Biologia e Sociologia nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, uma renovação crítica da Geografia Tradicional, apresentando grande apelo a análises quantitativas e matemáticas, e se posicionando a partir do positivismo crítico e do racionalismo. Fazendo oposição à Nova Geografia – também chamada Geografia Analítica, Geografia Quantitativa ou Geografia Neopositivista -, surgiria, nos anos 1970, um movimento de crítica ao caráter teórico-metodológico e de domínio prático e ideológico deste horizonte, chamado de crítica radical, que passaria a desconsiderar a busca por uma pretensa objetividade e neutralidade nos estudos, substituindo-as pela consideração das relações sociais de produção do espaço, ou seja, das relações de produção e de classe, inspirado sobretudo no materialismo histórico-dialético. O horizonte humanista, por sua vez, é marcado pelo conceito de espaço vivido, que permitiria “tratar das representações de

ordem simbólica que estruturam uma atitude e uma concepção dadas em relação a um espaço de referência” (GOMES, 1996, p. 323).

Holzer pontua que “o interesse pela percepção ambiental e pela imaginação geográfica” uniu “no início dos anos 60, os protocomportamentalistas e os proto-humanistas”, precursores nos estudos de percepção ambiental (HOLZER, 1993, p. 146). Para o autor, a corrente humanista da geografia teria se estabelecido nos anos 1970, trazendo novas perspectivas epistemológicas e ontológicas para a Geografia contemporânea, a partir de uma base fenomenológico-existencialista. Nesse momento, o campo ganhava reconhecimento na mídia, especialmente devido à centralidade dada ao mundo cotidiano e ao conceito de lugar. Nos anos 1980, a Geografia Humanista, já mais conhecida e difundida, se tornou objeto de discussões e críticas de autores de outras correntes da Geografia. No período, as relações com a geografia social, cultural e marxista também ganharam destaque.

Em “Geografia e Modernidade”, Gomes (1996) aponta o sistema cartesiano desenvolvido durante o Renascimento, marcando o início da modernidade na filosofia, como o “primeiro grande modelo de ruptura” da visão de uma “natureza oculta e insondável”, que foi prevalente no medievo. O sistema mecanicista de Descartes proporcionaria para a Geografia, assim, a capacidade de elaboração de uma “noção abstrata do espaço; a princípio vazio e isonômico”, tornando realizável diferentes formas de teorizações e elaborações de modelos espaciais. Já no século XVIII, Montesquieu exploraria o que vieram a ser os princípios deterministas de causa e efeito de fenômenos, enquanto Kant (2001) inauguraria o idealismo transcendental, que estabelecia distinções entre fenômenos (a aparência da coisa ou a coisa para mim) e númenos (a coisa em si), num viés crítico da produção dos saberes; o que permitiu a delimitação das fronteiras entre a razão e a metafísica e se apresentou como alternativa ao dogmatismo e ao ceticismo anteriores. Gomes (1996) apresenta Kant como parte da “dupla filiação filosófica fundadora” da geografia científica, ao lado de Herder, crítico do determinismo montesquiano que mantinha relações ambíguas com as posições de Kant e cuja relevância seria atribuída às suas contribuições para a hermenêutica moderna e para a ciência romântica.

A ciência romântica estaria associada, para Gomes (1996), ao romantismo como movimento artístico que opusera o excepcional - ao considerá-lo como uma manifestação essencial, instantânea, verdadeira e exemplar - a aqueles movimentos que o antecederam como o Classicismo, o Arcadismo, o Barroco e o Maneirismo.

Dessa forma, se verificaria uma anulação da singularidade e da particularidade dos eventos pelo tempo, deslocando a História de sua perspectiva narrativa e repetitiva para uma perspectiva interpretativa e formativa, o que a elevaria ao “ápice do edifício intelectual” (GOMES, 1996, p 102). As primeiras concepções românticas da História seriam atribuídas a Vico e Herder – este último, responsável por desenvolver o conceito de *Volkgeist*, “espírito do povo”, estabelecido, ao mesmo tempo, como sendo explicação e causa de toda singularidade -, que teriam influenciado, posteriormente, Edgar Quinet e Jules Michelet. Pautando-se também em uma posição relativista na análise e interpretação de um determinado fato, o romantismo preconizou considerar que são as ideias construídas em determinado tempo histórico que coordenariam as ações humanas, ou seja, que os fatos só teriam expressão quando compreendido em sua historicidade própria, estabelecendo uma relação dialógica entre sujeito e objeto, bem como uma *circularidade lógica*, responsável por ligar o fato à sua rede de inter-relações e assim, a partir delas, retornar como fato historicizado.

Gomes (1996) entende que a Modernidade apresenta um caráter dualista, em que o novo e o tradicional se consolidam como pares num sistema de valores que irá se expressar, assim, na forma de dois polos epistemológicos. O primeiro seria aquele em que

“O conhecimento, como uma argumentação, deve se submeter à prova pública da demonstração, seguindo uma prática que começou no curso do Século das Luzes. A aceitação de um julgamento se concretiza pela confrontação com outros pontos de vista, a partir dos quais o novo julgamento demonstra sua superioridade explicativa ou seu melhor ajuste” (GOMES, 1996, p. 30).

O objetivo desse sistema seria a aproximação das realidades de um fenômeno, e haveria a incorporação da noção de crise, que anunciaria as tensões e rupturas entre o novo e o velho, alternando-se com momentos de estabilidade. Esse processo marcaria o movimento da história e da ciência, estabelecendo uma marcha a posições cada vez mais justas, precisas e adequadas. Dessa forma, a dinâmica racionalista se estruturaria através da crítica, constituindo-se como motor do processo de renovação moderna. Partindo do particular ao geral, a busca por afirmações universais através do método racionalista crítico produziria conhecimentos normativos, reconhecidos como científicos.

O segundo polo epistemológico, também oriundo do Século das Luzes, seria marcado pela oposição ao racionalismo por uma pluralidade de movimentos, que, em comum, questionariam a centralidade da razão na produção do saber. Este polo

valorizaria o particular, tendo em vista que só a partir das particularidades dos fenômenos se poderia alcançar o que lhes seria realmente característico, a sua essência. Assim, sentimento, empatia e identidade seriam exemplos de instrumentos epistemológicos paralelos o raciocínio lógico. Sobre este último, Gomes diz que o que o diferencia dos demais instrumentos seria, além da redução dos fatos, a limitação das observações a um programa preestabelecido (GOMES, 1996, pp. 32-33).

Neste sentido, os fatos e fenômenos seriam interpretados através da totalidade de suas mensagens, ou seja, das formas como se expressam, enquanto meios de interpretação seriam desenvolvidos a partir de seus diferentes elementos. A primazia dada ao conteúdo do fenômeno permite considerar o saber como “uma função da sensibilidade de interpretação”. A marcha histórica e científica presente no racionalismo seria, então, rejeitada, face a compreensão da história como um “devir sem ordem regular ou lógica”. Assim, a valorização do progresso é invertida pela valorização da tradição, que revelaria os aspectos singulares que sobrevivem às mudanças. Dessa forma, ela se desliga de seus sentidos de atraso e obstáculo, mantidos pelo primeiro polo (GOMES, 1996, p. 33-34).

Por fim, para estas correntes, a subjetividade seria um “elemento incontornável na aquisição de conhecimentos” - um contraponto à pretensa neutralidade e objetividade características do racionalismo. No entanto, ela possuiria uma pluralidade de vias analíticas, resultado da utilização de diferentes elementos de análise, já que não estaria submetida a uma forma específica de interpretação. Com isso, a oposição aos discursos científicos normativos e institucionalizados torna-se parte importante de sua identidade (GOMES, 1996, p. 34).

Esta oposição é entendida, dentre as ciências e, especialmente, dentre as sociais, como uma oposição entre o que seria positivista, representado pelo primeiro polo, e o que seria romântico, referente ao segundo. O primeiro tomaria distanciamento entre o homem e a natureza, admitindo uma atitude propriamente humana, que constituiria o que há de humano e a humanidade em si, enquanto o segundo admitiria o humano como pertencente à natureza, sendo a humanidade inscrita de maneira historicizada, desenvolvida pelas tradições, pela cultura e pelo tempo histórico. Esta dualidade estaria presente nas discussões de todas as ciências sistematizadas e desenvolvidas na modernidade, como a sociologia, a física, a matemática e a geografia, provocando o que Gomes chamou de um “clima adverso ao racionalismo, em sua forma determinista” na academia como um todo – o que o

faz concluir: “As ciências, em geral, viveram à mesma época conflito de mesma natureza” (GOMES, 1996. pp. 37-38).

Gomes empenha-se em representar, portanto, ângulos particulares, obtidos como resultado da utilização de um tipo-ideal - recurso analítico próprio da metodologia weberiana – buscando formar um quadro de pensamento forçadamente homogêneo, ou seja, uma interpretação parcial, estabelecida *a priori*. Dessa forma, parte-se da concepção de que a modernidade e sua ciência seriam marcadas por uma polaridade dual epistemológica. Esse recurso permitiria, portanto, a construção de duas hipóteses acerca do desenvolvimento da ciência geográfica

“[...] A primeira é a de que em torno desta confrontação entre estes dois pólos surgiu um gênero de debate na geografia, encontrado recorrentemente a cada momento de transformação ou de discussão metodológica. A segunda hipótese deriva da primeira e consiste em considerar que esta dualidade das posições metodológicas na geografia se deve ao fato de que esta disciplina constitui uma expressão da modernidade, uma vez que ela apresenta exatamente uma imagem do mundo ou a descrição do mundo correspondente a este período moderno” (GOMES, 1996, p. 41).

Gomes (1996) defende, por sua vez, que a corrente humanista na Geografia se expressa como um dos três horizontes formados no movimento de renovação da Geografia: o horizonte humanista, o horizonte lógico-formal e o horizonte da crítica radical. Para Gomes, haveria uma dinâmica dualista na ciência geográfica, como revelariam os estudos divididos entre Geografia Física e Geografia Humana, desde a Geografia Tradicional.

3 RIO CLARO, EXÍLIO E ASILO DA GEOGRAFIA HUMANISTA NO BRASIL

Embora Suess (2017) compartilhe da perspectiva de que o reinado do horizonte Marxista tenha limitado o avanço da Geografia Humanista no Brasil, o autor também assume um crescimento da abordagem cultural no país desde o início dos anos 2000, citando como exemplo os trabalhos realizados nos âmbitos dos grupos de pesquisa do Núcleo de Estudos sobre Espaço e Cultura - NEPEC, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e do Grupo de Pesquisas Geografia Humanista Cultural – Ghum, da Universidade Federal Fluminense – UFF. Sua primeira observação, contudo, encontra reflexos e relaciona-se com a história da precursora da corrente humanista no Brasil, Livia de Oliveira, e do campus de Rio Claro, onde ela atuou como professora, realizou seu doutoramento e sua livre-docência.

Anteriormente, Livia de Oliveira formou-se como professora primária em 1944, aos 17 anos, na Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba (ALMEIDA, 2015). Depois, cursou Enfermagem (1945-1948) e História e Geografia (1954-1958) na Universidade de São Paulo – USP. Atuou como enfermeira no Instituto de Higiene (hoje Faculdade de Saúde Pública da USP) e no Hospital de Traumatologia e Ortopedia da USP. Ingressou em Rio Claro em 1962, ministrando Didática Especial de Geografia. Livia foi integrante do grupo de geógrafos de Rio Claro que utilizavam, segundo ela, métodos quantitativos em suas pesquisas, mas que eram chamados de positivistas pelos marxistas que se formaram em São Paulo – estes também os acusavam por trabalharem juntos ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Estado. O primeiro grupo teria se destacado, portanto, por quebrar a hegemonia Rio-São Paulo⁴, embora estivesse, se considerarmos Pinheiro (2020), ainda em uma região com alta concentração e diversidade de pesquisas sobre ensino de Geografia, com maiores oportunidades de financiamento, como se vê quando Livia atribui como fator que levou ao pioneirismo do grupo de Rio Claro nos anos 1970 o tradicionalismo que, por outro lado, prevalecia na USP: “A USP não tinha muita

⁴ Pinheiro (2020) vê a concentração de pesquisas acerca do ensino em Geografia na região Sudeste, e em especial no Estado de São Paulo, como reflexo da concentração econômica oriunda do modelo de desenvolvimento concentrado capitalista no Brasil. Assim, entende ser possível identificar elementos essenciais do processo educacional que se desenvolve em todo o país a partir do conteúdo de dominação de classe sobre o território que se pode observar em São Paulo. Nesta Região Concentrada se verificariam a maioria dos cursos, universidades e linhas de pesquisa do país, cujas produções acadêmicas se apresentariam de forma difusa, dispersa e não sistematizada (SANTOS E SILVEIRA, 2020).

tradição de fazer projetos de pesquisa, nós que começamos. A FAPESP começou a dar bolsa, verbas para pesquisa” (OLIVEIRA, 2007, p. 223). No mesmo sentido, a geógrafa destaca que a condição de Rio Claro enquanto instituto isolado do interior, há pouco criado, também contribuía para a celeuma trazida pelas novas propostas e trabalhos desenvolvidos, que teriam “chacoalhado a USP, que era um pouco parada”. Neste período, os ânimos nos círculos da geografia acadêmica teriam ficado “acirrados”.

Sua tese de doutorado, “Contribuição ao ensino da Geografia”, foi apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro em 1967, no curto período em que esta foi integrada a então recém fundada UNICAMP, até 1968. A UNICAMP havia sido legalmente criada em 1962, quando foi publicada a Lei nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962, mas ainda carecia de institutos e faculdades para se tornar uma universidade. A Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências de Rio Claro, por sua vez, foi criada como instituto isolado em 7 de junho de 1957, a partir da promulgação da Lei nº 3.895, e já no ano seguinte ofertou “Cursos Prévios” para o vestibular. Em 1959, após realização de uma consulta prévia à comunidade estudantil local, foram implementados os cursos de licenciatura em Matemática, História Natural, Geografia e Pedagogia, embora também tenha sido levantado interesse nos cursos de História, Ciências Sociais e Letras Neo-Latinas (OLIVEIRA, 2007; ESTADO DE SÃO PAULO, 1962; ESTADO DE SÃO PAULO, 1957).

A criação destas duas instituições está associada ao movimento de interiorização de cursos de nível superior em São Paulo, iniciado após a Segunda Guerra Mundial e marcado pelo grande envolvimento das comunidades locais dessas cidades. Em Rio Claro, este movimento se deu com a participação ativa de estudantes e professores de nível médio, juntamente com outras forças político-sociais da cidade. O primeiro marco legislativo deste processo foi a publicação da Lei nº 161, de 24 de setembro de 1948, que estabeleceu a criação da Escola de Engenharia, em São Carlos, da Faculdade de Medicina, em Ribeirão Preto, das Faculdades de Farmácia e Odontologia, em Bauru e Taubaté, da Faculdade de Direito, em Campinas e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em Limeira (ESTADO DE SÃO PAULO, 1948).

A incorporação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências de Rio Claro à Universidade de Campinas foi tomada por intensos debates e disputas. Passando por crises financeiras cada vez maiores desde o início de seu funcionamento, a Faculdade

de Rio Claro não contava com instalações físicas e equipamentos apropriados, tinha um quadro docente pequeno e apresentava baixa procura de estudantes pela instituição. Por outro lado, a UNICAMP prometia melhores condições de pesquisa, contando com uma estrutura moderna e com equipamentos de ponta – o que despertava interesse sobretudo nos professores de Rio Claro. Embora a proposta de integração tenha surgido neste contexto, foi especialmente levada a frente em resposta a uma greve estudantil que estourou na Faculdade de Rio Claro em 1967, que exigia a contratação de professores para solucionar o problema da falta de docentes. O resultado da greve foi a contratação de 24 docentes e o envio de instrutores dos Institutos de Física e de Matemática de Campinas para Rio Claro, marcando o início do processo de integração.

Em maio daquele ano, contudo, um grupo de professores e estudantes de Rio Claro lançou um abaixo-assinado pedindo a transferência dos cursos de Física e Matemática para Campinas, gerando intensa reação da sociedade e da imprensa rio-clarense – com importante participação de estudantes pré-universitários –, que já haviam passado por uma tentativa anterior de transferência destes mesmos cursos para a Escola de Engenharia de São Carlos, em 1964. Embora a reitoria tenha tentado contornar a situação, no mesmo ano iniciou-se um êxodo de professores e estudantes do curso de Física para Campinas, enquanto se criava um acirramento entre a direção da Faculdade de Rio Claro e a reitoria da Universidade de Campinas e a situação financeira da primeira instituição se agravava. No ano seguinte, ainda em meio a protestos, que agora incluíam também os próprios estudantes da Faculdade de Rio Claro, é feito o desligamento da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de Campinas, mantendo a oferta dos cursos em Rio Claro, que voltou à condição de instituto isolado anterior à integração (INSTITUTO DE FÍSICA GLEB WATAGHIN, 2024).

Embora tenha feito parte do grupo de geógrafos responsável por trazer os métodos quantitativos para a Geografia, ou a Geografia Quantitativa em si, Livia admite uma mudança de posição que a levou para a geografia humanista. Considera que sua contribuição na primeira escola teria sido passageira e revelaria um caráter mais teórico que matemático, voltando-se a problemas conceituais da Geografia como a definição de espaço geográfico, apoiando-se principalmente em Piaget (autor cujo contato inicial teria se estabelecido na USP, através de trabalhos da Prof^a Dr^a Amélia Domingues de Castro, uma das difusoras pioneiras de Piaget no Brasil). Sua tese é

encarada por ela da mesma forma, como produto de uma pesquisa científica que também adotou métodos quantitativos/estatísticos. Sobre este período, a professora reitera que tinha como preocupação principal garantir a cientificidade de suas pesquisas. “A minha preocupação sempre foi esta: que o ensino tinha que ter base científica. Base científica para poder generalizar e não apenas achar que é assim” (OLIVEIRA, 2007; SILVA, 2024).

A geógrafa faz uma leitura crítica da geografia quantitativa enquanto proposta de fim em si mesma, defendendo, em oposição a esta concepção, uma visão estritamente metodológica acerca dos métodos quantitativos aplicados a Geografia. As elaborações de Livia em sua passagem na geografia quantitativa foram, portanto, calcadas em Piaget e tratavam de diferentes percepções do espaço, como o euclidiano, o projetivo e, especialmente, o topológico devido as descobertas feitas acerca da percepção nas crianças – seria a percepção topológica a primeira forma de apreender o espaço. O trabalho que melhor exprime estes estudos é sua tese de livre-docência “Estudo metodológico e cognitivo do mapa”, defendida em 1977 no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP de Rio Claro. O início da passagem à geografia humanista é ilustrado pelo pedido de tradução feito por Antonio Christofolletti – um dos principais pesquisadores da corrente quantitativa de Rio Claro – das obras “Topofilia” (1974) e “Espaço e Lugar” (1977), do geógrafo sino-americano Yi-Fu-Tuan, à professora Livia de Oliveira, que desenvolveu grande interesse pelas ideias encontradas, como a de lugar, com a qual já trabalhava. Apesar disso, a autora aponta grande dificuldade de aceitação dessas ideias pelos alunos, que não as entendiam como pertencentes ao campo da geografia, em contraste com o que veio a ocorrer anos mais tarde, num período em que a geografia humanista pode se expandir – por volta de 1990, quando a tensão entre as correntes quantitativa e crítica diminui e abre-se espaço para novas teorias.

Ao considerar diferentes lógicas inseridas na construção do espaço, Livia permitiu, portanto, deixar a lógica formal e a procura por modelos universais ou generalizadores que imperavam nos estudos quantitativos e adotar, assim, perspectivas mais particulares e relativistas de acordo com a geografia com a qual se proporia a trabalhar. Com isso, desenvolve as primeiras pesquisas em Percepção do Meio Ambiente, embora venha admitir, posteriormente, um maior enfoque dado aos aspectos cognitivos nessa época. A Geografia Humanista surge no Brasil, portanto, em meio a efervescência causada pela oposição entre as correntes quantitativa de

Rio Claro e a corrente crítica de São Paulo, num cenário diferente daquele em que havia surgido nos Estados Unidos⁵, junto do movimento crítico e opondo-se, com ele, ao modelo quantitativo-cientificista. Neste sentido, a geografia humanista teria ficado à margem, ofuscada pela insistente separação entre Geografia Humana e Física que imperava na época, encontrando “*exílio*”, ou “*asilo*”, em Rio Claro (OLIVEIRA, 2007; MARANDOLA JR., GRATÃO, 2003).

Dessa forma, Livia encabeça uma das vertentes pelas quais se desenvolve a Geografia Humanista no país, relacionada a Percepção do Meio Ambiente e aos conceitos de lugar e experiência, enquanto no Rio de Janeiro concentram-se as pesquisas mais próximas aos Estudos Culturais no NEPEC-UERJ, constituindo uma Nova Geografia Cultural; associadas as duas últimas, verifica-se também aquela que explora a interface entre Geografia e Literatura, mais difusa. Tais classificações são tênues e meramente analíticas e integram um todo que tem como perspectiva a compreensão da significação geográfica dos fenômenos e da relação homem-meio através da imaterialidade, dos sentimentos e da afetividade. Exemplo disso é que Livia também orientou e produziu trabalhos em Geografia e Literatura, como os artigos “Sertão Rosiano: percepção, cognição e afetividade geográfica”, de 2002, e “Geograficidade e espacialidade na literatura”, de 2009, escrito juntamente de Eduardo Marandola Jr., então geógrafo pesquisador do Núcleo de Estudos da População (NEPO) da UNICAMP (OLIVEIRA, 2002; MARANDOLA JR., GRATÃO, 2003; OLIVEIRA, 2007; MARANDOLA JR., OLIVEIRA, 2009).

Eduardo Marandola Jr. também tem destaque no cenário humanista. Formando-se em licenciatura (2002) e bacharelado (2003) em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), escreveu monografia intitulada “‘Londrinás’ invisíveis: percorrendo cidades imaginárias” sob orientação da professora Yoshiya Nakagawara Ferreira, constituindo-se um importante estudo geográfico de horizonte humanista. Sua orientadora, embora tenha desenvolvido grande parte de suas pesquisas partindo de estudos regionais desde a defesa de sua tese de doutorado

⁵ O meio quantitativo em que nasce a corrente humanista no Brasil encontra paralelo aos estudos de Percepção de Riscos e de Perigos Ambientais pelas populações afetadas por desastres ambientais que se iniciaram na década de 1920, nos Estados Unidos, desenvolvidos por geógrafos físicos ligados à área de planejamento. Em comum, a geografia humanista surgia em Rio Claro também através dos Estudos de Percepção de Livia de Oliveira, mas que trabalhavam com outras bases teóricas e epistemológicas (MARANDOLA JR., GRATÃO, 2003).

pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, “Funções regionais de Londrina e sua área de influência” em 1973, caminha junto de Marandola Jr. em suas investigações sobre os “*natural hazards*”, que os levam, através dos estudos em percepção, à geografia humanista. A título de exemplo, Yoshiya vem a participar do I Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente em 2005, na UEL, compondo o quadro de palestrantes das mesas temáticas ao lado de Lívia de Oliveira, Eduardo Marandola Jr., Werther Holzer, Wenceslao Machado de Oliveira Junior, Lineu Bley, Lúcia Helena Batista Gratão – os dois últimos ex-orientandos de Lívia –, e outros geógrafos e humanistas de destaque. Marandola Jr. realizaria o doutorado em Geografia intitulado “Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana” no Instituto de Geociências da UNICAMP – onde ingressaria, ainda no doutorado, como professor –, entre 2004 e 2008, orientado dessa vez por Daniel Joseph Hogan, também pesquisador do NEPO.

Marandola Jr. foi provavelmente influenciado pelos trabalhos desenvolvidos concomitantemente por Janaína de Alencar Mota e Silva, contemporânea de sua graduação que desenvolveu sua monografia também sob orientação de Yoshiya Nakagawara Ferreira na linha de pesquisa de Geografia e Literatura, “Literatura e Cidade: uma leitura geográfica da obra de Ítalo Calvino”, publicada em 2004 - Janaína produziu importantes trabalhos nesta área, alguns em coautoria com Eduardo. Posteriormente, a geógrafa realizou seu mestrado na UNESP de Rio Claro, dessa vez como orientanda de Lívia da Oliveira, e produziu a dissertação “Caminhos de Morte e de Vida: O rio severino de João Cabral de Mello Neto”, publicada em 2007.

Em 2020 é publicada, então, a tese de Rafael da Silva Nunes, “As representações cartográficas de universos fantásticos: a ‘Geo’grafia do Imaginário da Terra-média de J. R. R. Tolkien”, realizada na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Orientado por Augusto Cesar Pinheiro da Silva, compartilhava com ele, também, a origem na tradição dos estudos em planejamento associados a riscos, vulnerabilidades e perigos socioambientais, mas é Nunes quem irá publicar em 2016, ainda em seu primeiro ano de doutorado, a primeira contribuição mais direta ao horizonte humanista, “Por Uma Cartografia Fantástica: as representações do ‘não mundano’”, baseando-se na perspectiva de uma Geografia do Imaginário construída por Otoniel Fernandes da Silva Junior (2001) utilizando conceitos e ideias oriundas das correntes humanista e cultural.

4 EXPRESSÕES DO ROMANTISMO NA GEOGRAFIA HUMANISTA

Ao entender-se a Geografia como produto da modernidade, a compreensão da subjetividade como um “elemento incontornável na aquisição de conhecimentos” - observada em muitas das geografias de horizonte humanista -, estende-se como uma noção comum aquelas correntes de diversas outras disciplinas que se associam ao polo epistemológico romântico (GOMES, 1996). Esta noção pode ser observada em Bondía (2002) e apresenta-se sintetizada sobretudo através do conceito de *sujeito da experiência* - central para o desenvolvimento teórico e metodológico desta pesquisa – , possibilitando relacioná-lo aos processos imaginativos subjetivos apresentados por Wright e, assim, definir este estudo também como de tipo *geosófico*.

A autobiografia enquanto gênero literário, como afirma Alberti (1991), também é fruto do Século das Luzes, pois surge a partir do processo de constituição das primeiras noções de individualidade e singularidade – assim como de seus ‘opostos’, como de sociedade e igualdade - cujo marco inicial é a publicação de “As Confissões”, em 1782, por Jean-Jacques Rousseau. Dessa maneira, está intrinsicamente ligada ao surgimento da literatura, área que se uniu à Geografia, também, com as geografias de horizonte humanista. As demais produções escritas, por sua vez, seriam as “narrações”, cuja finalidade seria dar explicações e informações sobre algo ou algum acontecimento, difundir e ensinar, a quem lê o narrador – portanto, constituem-se como opostas ao meio pelo qual emerge a experiência do romancista, fundado no isolamento e na solidão e possível graças a ao advento do indivíduo pela modernidade, no final do século XVII, cujo objetivo seria criar obras com *objetivo estético*, de *literatura de arte* de uma *arte da forma* (ALBERTI, 1991).

O romancista se torna, então, o meio em que surge o lugar de escritor que imprime suas marcas de autoria em sua criação, com uma *linguagem singular*, é condicionado, contudo, pelo contexto histórico em que surge, mesmo que seu exercício necessite do ato de destacar-se da sociedade, expressando sua “unidade e autonomia” (ALBERTI, 1991, p. 73). Esta possibilidade, embora paradoxal, também é produto do período moderno, que apesar de apresentar a ideia de que os indivíduos vivam sob uma mesma égide estabelecida por um contrato social que os considera iguais e autônomos, também abre caminhos para a consideração de singularidades e diferenças. Para Alberti, o espaço ocupado pelo escritor na modernidade é, assim, o espaço de um indivíduo que está fora, sobre e além de seu meio social - condição

comum aquela ocupada pelo louco, pelo gênio e pelo artista - e que, por isso, pode falar sobre este mesmo meio com mais originalidade, sabedoria e razão que os demais indivíduos. Esta percepção, baseada principalmente em Walter Benjamin, é semelhante a estabelecida para a figura do flâneur por este mesmo autor, cuja relação interpretativa e de relação com a cidade já foi explorada em trabalhos anteriores e que também se aproxima de outras formas de vida marginais, desviantes e transgressoras da norma e da lei, como prostitutas, mendigos e dissidentes sexuais (SILVA, 2023).

Alberti (1991) aponta que o sujeito da narrativa ficcional imprime a realidade na ficção, estabelecendo uma “movência” na tensão que se estabelece na relação recíproca entre o imaginário e a realidade, permitindo-o tornar-se um *Outro* na narrativa. O sujeito da narrativa autobiográfica, por sua vez, estaria voltado à função de reafirmar sua *identidade* através de uma narrativa em retrospectiva de sua vida individual. Esta identidade envolveria autor, narrador e personagem, mas não se efetivaria completamente, pois

“Do ponto de vista da relação entre autor e narrador, teríamos uma identidade clara, assumida, que se manifesta no presente da enunciação: é o autor que escreve aquelas linhas; é ele que narra, no momento presente, a história. Já entre autor e personagem, o que teríamos não constitui identidade, mas, antes, uma relação de *semelhança*, uma vez que o sujeito do enunciado (personagem), apesar de inseparável da pessoa que produz a narração (o autor narrador está falando dele mesmo), dela está afastado, o que se compreende principalmente ao verificar a distância temporal entre o presente da enunciação e o relato de acontecimentos passados: o personagem com a idade de três anos assemelha-se ao autor com a idade de três anos. É por isso que, do ponto de vista do enunciado, o pacto autobiográfico prevê e admite falhas, erros, esquecimentos, omissões e deformações na história do personagem; possibilidades, aliás, que muitas vezes o autor mesmo - num movimento de sinceridade próprio à autobiografia - levanta: escreverá sobre sua vida aquilo que lhe é permitido, seja em função de sua memória, de sua posição social, ou mesmo de sua possibilidade de conhecimento” (ALBERTI, 1991, p. 11, grifo do autor).

Nesse sentido, a autobiografia permite, pela relação de semelhança entre autor e personagem, a criação de um *Outro* de si mesmo por quem a escreve. Este *Outro* restitui o passado pelo sujeito do/no presente através da *significação*, e “Assim, se alguém se põe a escrever uma autobiografia, é porque tem em mente fixar um *sentido* em sua vida e dela operar uma síntese” (ALBERTI, 1991, p. 12, grifo nosso). Neste processo, diferentemente do que ocorre com o sujeito da narrativa ficcional, que se dissipa pela imaginação do autor através de sua irrealização enquanto sujeito e de sua realização enquanto proposta de sentido, verificando-se a fixação do eu numa imagem de si construída através da “movência” circunscrita no espaço da semelhança.

Se a “movência” característica da ficção se estabelece no âmbito do imaginário e de sua relação com a realidade, a da autobiografia mostra-se, portanto, calcada sobre o *significado*, lhe conferindo um *sentido*. Aproxima-se, assim, de um movimento *mítico* na medida em que imprime *descontinuidades* à sua vida ao selecionar episódios significativos que se encaixam na estrutura do texto e de si, produzindo um indivíduo único e totalizado, semelhante a si – o sujeito psicológico, que, em sua constituição mítica, revela a procura do tempo perdido. Assumindo que o esforço autobiográfico, com isso, aproxima-se do esforço psicanalítico, a autobiografia estaria mais próxima da narração por apresentar-se como uma história narrada que busca dar conta da experiência fragmentada do eu. Ambos contam, da mesma forma, com o intento da significação não apenas para si, mas para o outro também – aquele que o lê ou escuta.

O empenho autobiográfico desta pesquisa revela-se também, portanto, na busca por transmitir a *experiência* do autor, enquanto *sujeito da experiência* no desenvolvimento das elaborações que constituem esta investigação, a aqueles que estão abertos “aquilo que “nos passa”, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar nos forma e nos transforma”, tendo em vista que “o saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna” (BONDÍA, 2002, pp. 25-27).

As noções de *significação*, *sentido* e *significado*, presentes no processo autobiográfico, compõem o quadro de interesses de áreas como a semiótica, a semiologia⁶ e a psicanálise, particularmente exploradas. A semiótica, primeiramente, pode ser definida como a

“ciência que tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de *significação* e de *sentido*” (SANTAELLA, 1983, p 13, grifo nosso).

Santaella apresenta um convite da semiótica peirceana, para que se leia “o mundo como linguagem”, entendendo-a enquanto “toda e qualquer produção, realização e expressão humana” (SANTAELLA, 1983, p. 23). Aqui, o papel da autobiografia enquanto método de pesquisa, portanto, apresenta-se enquanto a construção de um personagem que se assemelha ao autor. O papel da construção

⁶ As relações entre as duas primeiras podem ser encontradas em Nöth (2006). Na literatura consultada considerou-se os conceitos de significação, sentido e significado, portanto, não houve distinção entre a nomenclatura adotada.

deste personagem envolve, assim, uma busca pela restituição de um “ser-para-mim-do-passado” através da construção de sentido através de significações (e ressignificações) – o foco deste personagem foi restituir um *sujeito da experiência* através de uma rede de significações elaborada durante a pesquisa, atribuindo sentidos no processo formativo, de pesquisa e aprendizagem expresso nos trabalhos realizados durante a graduação que voltaram-se para a área de prática docente e didática. A educação foi a área pela qual se teve maior contato desde o início da graduação, pois foi através do apoio de bolsas e estágios em escolas que consegui me manter financeiramente na universidade. Este contato estabeleceu-se, portanto, desde o primeiro ano de graduação, o que favoreceu o interesse no desenvolvimento de pesquisa nesta área.

A semiologia, por sua vez, se dedicaria ao estudo da vida dos *signos*, constituídos por seus respectivos *significado* e *significante*, em meio à vida social – sendo entendida como parte de uma psicologia social. Na psicanálise, estes conceitos aparecerão a partir dos estudos sobre linguagem de Lacan, que os traz à perspectiva do estruturalismo, herdando dele, como principal influência, o conceito de estrutura.

A centralidade do conceito de *significante* em Lacan se dá pela consideração de que o sujeito se estabelece através da ordem do *simbólico*, sendo desde sempre afetado pela linguagem – é a própria ordem simbólica que cria, em seu jogo combinatório, os elementos que compõem a linguagem: real, *sujeito*, *gozo*, *falta* e *objeto a*, em um processo de imissão que envolve o *Outro simbólico* e o *sujeito*. O *sujeito da psicanálise*, também produto da modernidade, é, então, dependente da articulação entre significantes. O signo, portanto,

“[...] se constitui pela relação de pura diferença com os outros signos, um é o que o outro não é. Isso significa que primeiro existem relações e depois existem propriedades. Quando se altera uma relação, todos os elementos que compõem o sistema na língua sofrem alterações. A consequência disso é o afastamento da concepção de identidade, substância ou essência, pois qualquer propriedade depende da relação e quando ela muda consequentemente a propriedade também é modificada” (LANG, ANDRADE, 2019, p. 106).

Para Lacan, o encadeamento dos significantes na escrita seria unidimensional – referindo-se à linearidade da sucessão das palavras no texto -, enquanto, na fala bidimensional, composto pela metáfora (substituição) e pela metonímia (conexão/contiguidade): “No instante em que ocorre o *deslizamento* do sentido (metonímia), surge também o efeito inesperado produzido por uma nova significação (metáfora)”. Como material de análise, assim, a fala torna-se essencial pois assume

uma *espacialidade*. O inconsciente é, nessa mesma lógica, estruturado pela linguagem, e seu mecanismo lógico é apresentado a partir da figura de um *loop* – “uma linha que se fecha nela mesma” - que conta com uma borda, um furo, e um ponto de fechamento em que, necessariamente, se repete um de seus elementos. É sobre o furo, contudo, que os analistas deveriam atentar-se, por este revelar as novas articulações da fala (LANG, ANDRADE, 2019, p. 110, grifo nosso).

A despeito disso, no entanto, Simões explorará as relações entre literatura e psicanálise ao considerar o texto como uma forma de sublimação, apontando “que a fala pode ser compreendida também como aquilo que o sujeito é capaz de editar pela escrita” (SIMÕES, 2017, p. 170). Através dos conceitos lacanianos de Real, Simbólico e Imaginário, a autora observa que o deslocamento da rede de significantes desencadeado pelo encontro com um Real que, todavia, escapa e é, assim, inapreensível, permite o surgimento do novo.

“O registro *imaginário*, para a Psicanálise, envolve as *imagens*, a *fantasia* e o registro da identificação especular: identificação formadora do eu. A *imagem* refletida no espelho alcança uma identidade alienante que acompanha o sujeito em todo o seu desenvolvimento. O sujeito se aliena àquilo que vê, àquilo que enxerga, àquilo que consegue capturar. A unidade do eu é, portanto, imaginária. Essa imagem é sustentada pelo olhar de um representante do *Outro*. Nem tudo da realidade subjetiva é capturado pela imagem. Existe algo não especularizável, o objeto fora do espelho, ao que chamamos de incompletude, falta a ser.

O registro *simbólico* representa o lugar do código fundamental da linguagem; ou seja, o lugar da lei, onde fala a cultura, a voz do *Outro*. O acesso ao simbólico tem como efeito a divisão do sujeito, porque no simbólico o sujeito só pode ser representado. Nomeado no discurso dos pais ou de quem exerce essa função, o sujeito entra no circuito de troca e, na relação com o *Outro*, algo se perde. A condição para que o sujeito emerja é a sua divisão: sujeito dividido perante o *Outro*, pois a ele se aliena.

O registro do real é da ordem do indizível, íntimo e *estranho*, o que não se oculta, aquilo que irrompe quando o véu que o recobre é descoberto: o êxtimo (*estranho* e familiar). O real comporta uma realidade inacessível a qualquer pensamento subjetivo, comporta um resto não significável, representando algo da ordem do gozo” (SIMÕES, 2017, p. 165).

A escrita poderia contribuir com a apreensão, segundo a autora, daquilo que escapa à linguagem – o *objeto a*. Dessa forma, as marcas de autoria e de estilo seriam produzidas pelas tentativas de contorno de tais furos, constitutivos da linguagem, incluindo a geográfica e a cartográfica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As articulações entre Geografia e Psicanálise se apresentaram ao autor, inicialmente, a partir das propostas de Dias (2019) e Nunes (2016). Nesse sentido, observou-se que ambas estariam associadas a Geografia Humanista, uma corrente da Ciência Geográfica. Buscou-se caracterizar esta corrente a partir de uma retomada histórica acerca de seus principais autores, dos conceitos por eles cunhados e de suas respectivas instituições, desde seu surgimento nos Estados Unidos - tendo como principal referência Holzer (1993) -, à sua chegada ao Brasil - baseando-se sobretudo em Marandola Jr. e Gratão (2003), Suess (2017) e Oliveira (2007).

Assim, identificou-se tais produções como constituintes de geografias de horizonte humanista, formando um campo de investigação caracterizado pela busca da análise de fenômenos imateriais de forma indissociável aos fenômenos materiais, apresentando em comum entre si uma gama de conceitos-chave, presentes dos estudos mais clássicos aos mais recentes. Entenderam-se estas geografias, com isso, como expressões da modernidade na Ciência Geográfica, associadas sobretudo ao polo epistemológico romântico, que estabelece, ao se opor ao polo racionalista, a “polaridade dual epistemológica” presente nas ciências modernas (GOMES, 1996).

Haveria, assim, certa resistência da comunidade geográfica e acadêmica às propostas da corrente humanista desde seu surgimento nos E.U.A. até sua chegada ao Brasil, que se deu através de Livia de Oliveira – geógrafa precursora da corrente no país -, e da UNESP de Rio Claro, instituição onde Livia fez seu doutorado e atuou como docente. Em comum, observou-se, nos dois países, aproximações entre os estudos de Percepção, do Meio Ambiente e de Planejamento e os estudos considerados humanistas. O desenvolvimento destas geografias teria sido diferente, contudo, em relação ao seu protagonismo: enquanto nos E.U.A. os humanistas juntavam-se aos críticos e compunham a Renovação, no Brasil, a geografia humanista foi colocada, inicialmente, à margem do debate entre os Horizontes Marxista e Quantitativo – levando Rio Claro a constituir-se como o local de exílio/asilo da corrente humanista (MARANDOLA JR., GRATÃO, 2003).

A linguagem mostrou-se, por fim, como objeto de interesse de importantes reflexões nas geografias de horizonte humanista e, por isso, foi analisada particularmente através de perspectivas psicanalíticas, linguísticas e semióticas. A Cartografia enquanto forma de representação da Geografia, assim, reafirma-se como

linguagem ao evidenciar o hiato entre o Real e o representável, furo característico da constituição da psiquê humana que nos submete à busca pelo *Outro*, ou seja, pela aprendizagem e pelo que é vivo.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. LITERATURA E AUTOBIOGRAFIA: a questão do sujeito na narrativa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 66-81, jan. 1991. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2313>>. Acesso em: 02 mar. 2024.
- ALMEIDA, Adriana Ricardo da Mota. **ENTRE O MONUMENTO IDEALIZADO E O REALIZADO: A Escola Normal Livre Municipal De Sorocaba (1929 a 1967)**. 2015. 241 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2015.
- ARCHELA, Rosely Sampaio; ARCHELA, Edison. Correntes da cartografia teórica e seus reflexos na pesquisa. **Geografia**, Londrina, v. 11, n. 2, p. 161-170, jul. 2002. Disponível em: https://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/cartografia_tematica/leitura%202%201-correntes%20da%20cartografia%20te%20F3rica.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.
- ARCHELA, Rosely Sampaio. Imagem e representação gráfica. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 5-11, jan. 1999.
- ABNT. **Norma NBR 14724: trabalhos acadêmicos: apresentação**. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.
- BAILLY, Antoine; SCARIATI, Renato. L'humanisme en géographie. In: BAILLY, Antoine. Les concepts de la géographie humaine. Paris: **Armand Colin**, p.213-222, 2001.
- BERTIN, Jacques. **Sémiologie Graphique: les diagrammes, les réseaux, les cartes**. Mouton e Gauthier – Villars. Paris, 1967.
- BIBLIOTECA UNESP (Rio Claro). **Elaboração de trabalhos acadêmicos: segundo ABNT NBR 14724:2011**. Rio Claro: Unesp, 2019. Disponível em: <http://docs.google.com/presentation/d/1E8cwoDgm9qSve5DVvXvk-0-WoJaDCZrIVvk16P2ayjA/> Acesso em: 29 jun. 2022.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, (19), 20-28. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 jun. 2023.
- CALVINO. Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo (SP): Biblioteca Folha, 2003.
- CARVALHO, Edílson A. de; ARAÚJO, Paulo César de. **Leituras cartográficas e interpretações estatísticas II**. Natal (RN): UFRN, 2009.
- DIAS, Juliana Maddalena Trifilio. **LUGAR GEOPSÍQUICO: contribuições da psicanálise para uma epistemologia da geografia**. 2019. 172 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

ESTADO DE SÃO PAULO (Estado). Lei nº 161, de 24 de setembro de 1948. Dispõe sobre a criação de estabelecimentos de ensino superior em cidades do Interior do Estado e dá outras providências. São Paulo, SP, 24 set. 1948.

ESTADO DE SÃO PAULO (Estado). Lei nº 7655, de 28 de dezembro de 1962. Dispõe sobre a criação da Universidade de Campinas como entidade autárquica e dá outras providências. São Paulo, SP, 28 dez. 1962.

ESTADO DE SÃO PAULO (Estado). Lei nº 3895, de 07 de junho de 1957. Cria, em Rio Claro, como instituto isolado, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São Paulo, SP, 07 jun. 1957.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1977. 488 p. Tradução de Octanny S. da Mata e Leonidas Hegenberg.

FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. CONSTRUINDO ELOS METODOLÓGICOS NA LINGUAGEM CARTOGRÁFICA. **Revista Brasileira de Cartografia**, [s.l.], v. 4, n. 66, p. 843-859, jul. 2014.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. 366 p.

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista Anglo-Saxônica: de suas origens aos anos 90. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 90-109, jan. 1993.

IBGE. **Sistema IBGE de recuperação automática - SIDRA**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Brasil: IBGE, 2016. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1947> Acesso em: 29 jun. 2022.

INSTITUTO DE FÍSICA GLEB WATAGHIN (Campinas). Universidade Estadual de Campinas. **Anexo**: o caso rio claro. O caso Rio Claro. Disponível em: <https://portal.ifi.unicamp.br/?view=article&id=203&catid=71>. Acesso em: 07 abr. 2024.

JELLIS, THOMAS. Book review – Psychoanalytic Geographies. **Social & Cultural Geography**, volume 16 (8), p. 992-994, 2015.

JÚNIOR, Otoniel F. da S. Por uma Geografia do Imaginário: percorrendo o labiríntico mundo do imaginário em uma perspectiva geográfica cultural. **Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário**, Porto Velho (RO), ano 1, n. 3, sem paginação, 2001.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. 690 p. Tradução de Manuela Pinto Dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Introdução e notas de Alexandre Fradique Morujão.

LANG, Charles Elias; ANDRADE, Hudson Vieira de. Formalização e clínica psicanalítica: a estrutura, o significante e o sujeito. **Cad. psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 40, p. 99-119, jun. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952019000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 fev. 2023.

LOWENTHAL, David. Geography, experience and imagination: towards a geographical epistemology. **Annals of the Association of American Geographers**. 51 (3):241-260, 1961.

MARANDOLA JR., Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena Batista. Do sonho à memória: Livia de oliveira e a geografia humanista no brasil. **Geografia**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 5-19, jul. 2003. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6668>. Acesso em: 02 set. 2023.

MARANDOLA JR., Eduardo. Humanismo e a abordagem cultural em Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 30, n. 3, p. 393-419, set./dez. 2005.

MARANDOLA JR., Eduardo; OLIVEIRA, Livia de. Geograficidade e espacialidade na literatura. **Geografia**, Rio Claro, v. 34, n. 3, p. 487-508, set./dez. 2009.

MICROSOFT. **MS Office**: creative content library. [S.l.]: Microsoft, 2022.

NÖTH, Winfried. **Semiótica e semiologia**: os conceitos e as tradições. os conceitos e as tradições. 2006. COM CIÊNCIA. Disponível em: <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=11&id=82>. Acesso em: 18 set. 2023.

NUNES, Rafael da Silva. POR UMA CARTOGRAFIA FANTÁSTICA: as representações do “não mundano”. **GeoPUC**: Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio, Rio de Janeiro, v. 9, ed. 16, p. 64-81, jan./jun. 2016.

OLIVEIRA, Ivanilton José de. BASES TEÓRICAS DA LINGUAGEM CARTOGRÁFICA: da semiologia à gestalt. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 23, n. 23, p. 17-42, jan. 2019. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIII_1/agb_xxiii_1_web/agb_xxiii_1-01.pdf. Acesso em: 02 jun. 2023.

OLIVEIRA, Livia de. Entrevista com a Professora Livia de Oliveira. [Entrevista concedida Revista Geosul]. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 215-231, jan./jun. 2007.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2007, pp.141-162.

PINHEIRO, Antonio Carlos (org.). **O ensino de Geografia no Brasil**: catálogo de dissertações e teses (1967-2003). 2. ed. João Pessoa: Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Geográfica (GEPEG), 2020. 370 p.

PIRES, Tom Adamenas e. Sete teses sobre a geograficidade. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 178–216, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.10285. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/10285>. Acesso em: 24 nov. 2023.

SANTAELLA, Lúcia. O Que é Semiótica. 13. ed. [S.L.]: **Brasiliense**, 1983.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura da. **O Brasil: território e sociedade no início do século xxi**. 20. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020. 475 p.

SILVA, Katiene Nogueira da. **Amélia Americano Franco Domingues de Castro**. Disponível em: <https://sites.usp.br/niephe/mulher-inovadoras/amelia-americano-franco-domingues-de-castro/>. Acesso em: 07 mai. 2024.

SILVA, Murilo de Godoi Caldeira da. Flanar e narrar a cidade: possibilidades autobiográficas para a pesquisa em geografia. In: ENCONTRO BIOGRAPH SUL, 2., 2023, Pelotas. **Comunicações Temáticas**. Pelotas: GEPIEM, GRUPRODOCI e D'Generus, Universidade Federal de Pelotas, 2024. p. 75-82. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/gepiem/ii-encontro-biograph-sul/>. Acesso em: 06 mai. 2024.

SILVA, Murilo De Godoi Caldeira da; PANCHER, Andreia Medinilha. A afetividade através das telas: inquietações a partir do pibid – subprojeto geografia (UNESP Rio Claro). **Anais do VIII ENALIC**. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/85165>>. Acesso em: 07 mai. 2024.

SIMÕES, Regina Beatriz Silva. Psicanálise e literatura - O texto como sintoma. **Analytica**, São João del Rei , v. 6, n. 11, p. 159-179, dez. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972017000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 mar. 2024.

SUESS, Rodrigo Capelle. Geografia Humanista e a Geografia Cultural: encontros e desencontros! a insurgência de um novo horizonte? **ÉLISÉE: Revista de Geografia da UEG**, Porangatu, v. 6, ed. 2, p. 94-115, jul./dez. 2017.

UNESP. Rede de Bibliotecas. **Modelo tradicional de trabalhos acadêmicos baseado nas normas ABNT**. São Paulo: CGB, 2024. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1E0GzhxIBoPFzaLHW9_Q1beX82ZD_XqObIP02U7buicY/. Acesso em: 05 jun. 2024.

UNESP. **Resolução nº 17, de 28 de março de 2024**. Estabelece padrão para a afiliação institucional [...]. São Paulo: Runesp, 2024. Disponível em: <https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/?base=R&numero=17&ano=2024&dataDocumento=28/03/2024>. Acesso em: 05 jun. 2024.

WRIGHT, John Kirtland. Terrae incognitae: o lugar da imaginação na geografia / Terrae incognitae: the place of the imagination in geography. **Geograficidade**, v. 4, n. 2, p. 4-18, 9 nov. 2014.

TOREZAN, Zeila C. Facci; AGUIAR, Fernando. O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. **Revista Mal Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 525-554, jun. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 94 jun. 2024.